

Congresso vazio. Mas as oposições querem derrubar o veto salarial.

Os líderes dos partidos de oposição acertaram, ontem com o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), formas para que seja acelerada a tramitação, no Congresso, do veto presidencial ao projeto da indexação salarial aprovado pelos parlamentares no início de julho passado. O senador concordou com as propostas de agilização e a matéria poderá ser votada ainda neste mês.

A oposição pretende derrubar o veto presidencial, fazendo valer a indexação, pela qual todos os que ganham até Cr\$ 52.030 teriam os salários corrigidos mensalmente com base na inflação passada, ao mesmo tempo em que se propõem a fulminar a política da livre negociação salarial do governo, mantendo-a apenas num aspecto: a concessão do abono de Cr\$ 3 mil aos assalariados que ganhem, em agosto, até Cr\$ 23 mil. Mais ainda, a oposição objetiva estender o benefício do abono aos 12 milhões de aposentados e pen-

sionistas da Previdência excluídos na medida do governo.

O ímpeto das lideranças, no entanto, já não encontrou ontem correspondência dos liderados. Campanha eleitoral em curso, poucos parlamentares foram a Brasília e a sessão convocada para as 18h30 não se realizou por falta de quórum. A avaliação dos líderes é oposta. "Derrubar o veto é uma questão de honra para o Congresso Nacional", afirmou o deputado Domingos Leonelli (PSB-BA), para sentenciar: "De lá, não podemos abrir mão". Já o líder tucano, deputado Euclides Scalco (PR), avaliou: "A 40 dias das eleições, nenhum parlamentar deixará de vir a Brasília para votar na política salarial".

Se depender dos candidatos a cargos majoritários — governador e senador — o quórum para a votação estará garantido. O veto só pode ser derrubado por pelo menos 248 deputados e 38 senadores. O próprio presidente do

Senado, Nelson Carneiro, que concorre ao governo do Rio, já abandonou sua posição habitual-

mente discreta para declarar que vai votar contra o veto presidencial. Parlamentar em eleição, Nelson Carneiro, tal como a oposição, também defende a extensão do abono aos aposentados e pensionistas da Previdência. Tanto é que ontem, ao fazer o acordo com as lideranças, o senador nomeou uma comissão, destacada para fazer o relato, com maioria oposicionista. A praxe são 30 dias de prazo que poderão ser abreviados para uma semana.

Enquanto as lideranças preocupavam-se com o veto salarial, o deputado tucano José Serra (SP) estava intrigado com outro veto presidencial: o artigo do projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que obrigava o governo, em 1991, a destinar 15% de suas receitas para investimentos. "A retomada de investimentos em áreas prioritárias será prejudicada", aisse Serra.